



PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 175 - FEVEREIRO DE 2024

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	4

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	6
Decretos.....	7

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	9
Pareceres.....	11

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Márcio Luiz Fogaça Vicari
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
André Emiliano Uba



LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 18.818

3 DE JANEIRO DE 2024

Regulamenta o prazo máximo de retorno à consulta médica nas unidades de saúde gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.819

4 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Programa de Recuperação de Créditos Ampliado (Recupera+) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.820

5 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Programa Esporte na Melhor Idade no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.821

9 DE JANEIRO DE 2024

Altera o art. 218 da Lei nº 14.675, de 2009, que “Institui o Código Estadual do Meio Ambiente”, para estabelecer critérios de dispensa de implantação de sistemas para coleta de água de chuva para usos diversos nos casos que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.822

9 DE JANEIRO DE 2024

Altera a Lei nº 18.269, de 2021, que “Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, com o fim de compatibilizá-la com o processo legislativo eletrônico e com a Lei nacional nº 13.019, de 2014, “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC)”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.823

9 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Festival Estadual de Surf para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as Leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para nele fazer constar tal evento. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.824

9 DE JANEIRO DE 2024

Institui no Estado de Santa Catarina o direito do contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, tais como o Pix, para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.825

9 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para dar nova redação à data alusiva com o título “Mês de Maio” da tabela referente ao mês de maio. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.826

9 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para definir objetivos específicos para a Semana Estadual do Hip Hop e alterar a sua data de início. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.827

9 DE JANEIRO DE 2024

Altera o art. 4º do Anexo II da Lei nº 10.297, de 1996, e isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as saídas internas de querosene de aviação (QAV) promovidas por distribuidora de combustível, com destino a consumo de empresa de transporte aéreo de carga ou de pessoas, na operação de Centro Internacional de Conexões de Voos (HUB) em aeroporto internacional localizado no Estado. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.828

9 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Dia Estadual da Mata Atlântica em Santa Catarina, a realizar-se, anualmente, no dia 27 de maio, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as Leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.829

9 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Dia Estadual do Gamer em Santa Catarina, a realizar-se, anualmente, no dia 29 de agosto e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531 de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.830

9 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Mês Setembro Branco, dedicado à

conscientização pela paz, e altera o Anexo I da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.831

9 DE JANEIRO DE 2024

Altera os arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 13.136, de 2004, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.832

11 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre o pagamento de fiança, concedida por autoridade policial ou judicial, via transferência eletrônica bancária ou Pix, no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.833

11 DE JANEIRO DE 2024

Altera o art. 2º da Lei nº 18.410, de 2022, que “Autoriza a doação de imóvel no Município de São João Batista”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.834

11 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a desacumulação das competências dos serviços de notas e de protesto da Comarca de Tubarão e adota outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.837

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação Flor de Lis, do Município de Bombinhas, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.838

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a AMA Rio do Sul - AFADI - Associação de Familiares e Amigos de Pessoas com Autismo e Deficiência Intelectual e Múltipla e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.839

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação Um Novo Reino, de Balneário Piçarras, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que

LEIS ORDINÁRIAS

“Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.840

15 DE JANEIRO DE 2024

Altera a Lei nº 18.278, de 2021, para declarar de utilidade pública o Grupo Escoteiro Molina, do Município de Correia Pinto. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.841

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino, de Nova Trento, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.842

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação Brasil Sul de Narcóticos Anônimos (ABSNA), com sede no Município de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.843

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Recreativa, Esportiva e Social Chico Science, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.844

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Autista de Gaspar (AMA) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.845

15 DE JANEIRO DE 2024

Declara de utilidade pública a ONG Autonomia, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade

Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.846

15 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, de Joinville, para Fundação Pró Rim, de Joinville. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.847

19 DE JANEIRO DE 2024

Institui a Política Estadual de Apoio às Cooperativas de Energia Elétrica (PEACESC), concede benefício fiscal às cooperativas de energia elétrica situadas no Estado e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.848

19 DE JANEIRO DE 2024

Altera a Lei nº 18.672, de 2023, que institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica, para limitar as concessões de bolsas de estudos aos cursos na modalidade presencial. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.849

30 DE JANEIRO DE 2024

Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina os Engenhos de Farinha e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.850

30 DE JANEIRO DE 2024

Denomina Vereador Júlio Cezar Colombo o trecho entre o Anel Rodoviário de Criciúma - SC-445 entroncamento para Siderópolis e SC-447 entroncamento para Nova Veneza, localizado no Município de Criciúma, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.851

30 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a remissão de débitos não tributários aplicados pelo Tribunal de Contas do

Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETOS

DECRETO Nº 402**22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 403****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 404****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Introduz as Alterações 4.665 e 4.666 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 405****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Introduz as Alterações 4.677 a 4.682 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 406****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 407****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 408****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 409****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 410****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Revoga o Decreto nº 1.669, de 2022, que dispõe sobre as atividades essenciais da Educação e regulamenta as atividades presenciais nas unidades das Redes Pública e Privada relacionadas à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Ensino Profissional, Ensino Superior e afins, durante a pandemia de COVID-19, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 411****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Introduz a Alteração 126ª no RIPVA/SC-89. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 412****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Introduz a Alteração 4.687 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 413****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera o Decreto nº 332, de 2023, que autoriza a utilização de regimes especiais em importações por meio de portos localizados em outras unidades da Federação cujo desembarque ocorra no período que especifica. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 414****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 415****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 416****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 417****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 419****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera o Decreto nº 1.601, de 2021, que aprova o regulamento da Lei nº 6.217, de 1983, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 420****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Atualiza os valores das taxas estaduais previstas na Lei nº 7.541, de 1988, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 421****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Atualiza os valores da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais previstos na Lei nº 14.262, de 2007, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 422****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Introduz a Alteração 4.707 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 423****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Introduz as Alterações 4.675 e 4.676 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 424****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera o Anexo Único do Decreto nº 1.323, de 2012, que aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina e estabelece outras exceções. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 425****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera o Anexo Único do Decreto nº 1.387, de 2013, que regulamenta a Publicação Eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda (Pe/SEF), instituída pela Lei nº 14.967, de 07 de dezembro de 2009. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 426****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Institui o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 427****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 428****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 429****22 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 430****29 DE DEZEMBRO DE 2023**Altera o Decreto nº 348, de 2023, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, durante a execução orçamentária e financeira do exercício, bem como para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 431**29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 13, de 2023, que aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o exercício financeiro de 2023 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 432**29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 94, de 2023, que introduz as Alterações 4.630 a 4.632 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 433**15 DE JANEIRO DE 2024**

Introduz as Alterações 4.688 a 4.690 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 434**15 DE JANEIRO DE 2024**

Revoga dispositivos do RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 435**15 DE JANEIRO DE 2024**

Introduz as Alterações 127ª e 128ª no RIPVA/SC-89 e a Alteração 4.683 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 436**15 DE JANEIRO DE 2024**

Introduz a Alteração 103ª no RNGDT/SC-84. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 437**15 DE JANEIRO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 438**16 DE JANEIRO DE 2024**

Aprova o Estatuto Social da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 439**19 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 440**19 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.683, de 2008, que dispõe

sobre o valor a ser recolhido ao Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado, instituído pela Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, decorrente da concessão de incentivo fiscal ou financeiro. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 441**19 DE JANEIRO DE 2024**

Regulamenta o procedimento para a apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, de que trata a Lei federal nº 14.133, de 2021, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 442**19 DE JANEIRO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 443**19 DE JANEIRO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 444**19 DE JANEIRO DE 2024**

Homologa o Estado de Calamidade Pública no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 445**19 DE JANEIRO DE 2024**

Regulamenta o procedimento administrativo para a utilização da pré-qualificação de marcas de que trata o art. 80 da Lei federal nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 447**22 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 448**24 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.908, de 2022, que regulamenta a Lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 450**29 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 219, de 2023, que regulamenta o Programa Universidade Gratuita, instituído pela Lei Complementar nº 831, de 2023,

para dispor sobre as orientações e procedimentos quanto a sua implementação e aplicação, no que diz respeito a admissão e obrigações das instituições universitárias e dos estudantes, a distribuição e destinação da assistência financeira destinada ao pagamento das mensalidades de cursos de graduação e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 451**29 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 220, de 2023, que regulamenta o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), instituído pela Lei nº 18.672, de 31 de julho de 2023, para dispor sobre as orientações e procedimentos quanto sua implementação e aplicação, no que diz respeito a admissão e obrigações das Instituições de Ensino Superior (IESs) e dos estudantes, a distribuição e destinação da assistência financeira, destinada ao pagamento das mensalidades de cursos de graduação e pós-graduação e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 452**30 DE JANEIRO DE 2024**

Fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2024 para os órgãos e as entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 454**30 DE JANEIRO DE 2024**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Criciúma. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.792**5 DE JANEIRO DE 2024**Institui o Dia Nacional da Saúde Única. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.793****5 DE JANEIRO DE 2024**Inscreve o nome de Luiz Gonzaga do Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.794****5 DE JANEIRO DE 2024**Institui o ano de 2024 como Ano Nacional Fernando Sabino. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.795****5 DE JANEIRO DE 2024**Inscreve os Lanceiros Negros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.796****5 DE JANEIRO DE 2024**Inscreve o nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.797****5 DE JANEIRO DE 2024**Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.798****5 DE JANEIRO DE 2024**Institui o Dia Nacional da Educação Legislativa. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.799****5 DE JANEIRO DE 2024**Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brillhante. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.800****8 DE JANEIRO DE 2024**Inscreve o nome de Abdias do Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.801****9 DE JANEIRO DE 2024**Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.802****10 DE JANEIRO DE 2024**

Institui o Plano Plurianual da União para o perío-

do de 2024 a 2027. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.803****10 DE JANEIRO DE 2024**Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação por ocasião da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.804****10 DE JANEIRO DE 2024**Dispõe sobre a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) como membro do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU). ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.805****11 DE JANEIRO DE 2024**Inscreve o nome de Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.806****11 DE JANEIRO DE 2024**Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a incluírem nos rótulos, nas bulas e nos materiais destinados a propaganda e publicidade de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias cujo uso seja considerado doping. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.807****11 DE JANEIRO DE 2024**Denomina “Anel Viário Governador Maguito Vilela” o anel viário do Município de Jataí, Estado de Goiás. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.808****11 DE JANEIRO DE 2024**Confere ao Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Balonismo. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.809****12 DE JANEIRO DE 2024**Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para estabelecer que os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.810****12 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança

no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.811****12 DE JANEIRO DE 2024**Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.812****15 DE JANEIRO DE 2024**Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.813****15 DE JANEIRO DE 2024**Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.814****15 DE JANEIRO DE 2024**Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.815****15 DE JANEIRO DE 2024**Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras – a política de cotas de tela na TV paga –, e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 14.816****16 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

[\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.817

16 DE JANEIRO DE 2024

Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

[\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.818

16 DE JANEIRO DE 2024

Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.819

16 DE JANEIRO DE 2024

Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.820

16 DE JANEIRO DE 2024

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.821

16 DE JANEIRO DE 2024

Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.822

22 DE JANEIRO DE 2024

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETOS

DECRETO Nº 11.875

4 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.515, de 2 de maio de 2023, que revoga o Decreto nº 9.731, de 16 de março de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.876

5 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023, para instituir o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.877

6 DE JANEIRO DE 2024

Declara luto oficial pelo falecimento do ex-jogador e ex-treinador da seleção brasileira de futebol Mario Jorge Lobo Zagallo. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.878

9 DE JANEIRO DE 2024

Regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.879

9 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 9.885, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Nacional de Investimentos no âmbito da Câmara de Comércio Exterior. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.880

10 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.722, de 28 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Concurso Público Nacional Unificado e institui seus órgãos de go-

vernança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.881

10 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.514, de 1º de maio de 2023, que institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta de Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.882

15 DE JANEIRO DE 2024

Autoriza a reprogramação dos saldos remanescentes do Programa Brasil Alfabetizado, de que trata o § 2º do art. 8º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.883

17 DE JANEIRO DE 2024

Delega à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento competência para a prática dos atos que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.884

18 DE JANEIRO DE 2024

Distribui o efetivo de Oficiais e Praças do Exército em tempo de paz para 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.885

18 DE JANEIRO DE 2024

Distribui o efetivo de Oficiais da Aeronáutica em tempo de paz para 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.886

18 DE JANEIRO DE 2024

Distribui o efetivo de Oficiais da Marinha em tempo de paz para 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.887

18 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 27.695, de 16 de janeiro de 1950, que transforma em Curso fundamental e Curso Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica os atuais Curso de Preparação e Curso de Formação de Engenheiros de Aeronáutica, o Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, que regulamenta a Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a formação de Oficiais Engenheiros para o Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa e o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.888

22 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling - BIM BR. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.889

22 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre as cadeias produtivas e os setores articulados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC que poderão ficar sujeitos às exigências de aquisição de produtos manufaturados nacionais e de serviços nacionais ou ao estabelecimento de margens de preferência para produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.890**22 DE JANEIRO DE 2024**

Regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.891**23 DE JANEIRO DE 2024**

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo, firmado em Brasília, em 8 de agosto de 2011. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.892**23 DE JANEIRO DE 2024**

Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão, firmado em Brasília, em 6 de agosto de 2018. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.893**23 DE JANEIRO DE 2024**

Promulga o Acordo sobre o Aquífero Guarani entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em San Juan, em 2 de agosto de 2010. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.894**23 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a execução do Ducentésimo Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (214PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.895**23 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a execução do Centésimo Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (110PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.896**23 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a execução do Ducentésimo Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (215PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. [\(Inteiro teor\)](#)

guai. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.897**23 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a execução do Ducentésimo Décimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (216PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.898**23 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a qualificação do Museu Histórico do Exército Brasileiro e do Forte de Copacabana e de áreas do Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército Brasileiro, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.899**23 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.900**23 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.901**26 DE JANEIRO DE 2024**

Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.902**30 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, que institui o Selo Biocombustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, e sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.903**30 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 9.763, de 11 de abril de

2019, que regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre a composição do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.904**30 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.905**30 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, para dispor sobre o Domicílio Eletrônico Trabalhista e o livro de Inspeção do Trabalho eletrônico. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.906**30 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.907**30 DE JANEIRO DE 2024**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 121/2023

22.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022 e, de acordo com o que consta dos autos PGE 9832/2023,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR VALERIO DE SOUZA MICHELS, matrícula nº 167.751-9-01, GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, para responder cumulativamente, pela função gratificada de GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, nível FG-2, da PGE, em substituição ao titular, MARCELO ANTONIO MATOS, matrícula nº 251.194-0-01, durante o usufruto de férias, no período de 02/01/2024 a 31/01/2024. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 1/2024

03.01.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 5/2023, publicada no DOE de 11/01/2023, e conforme processo PGE 61/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ADEMIR MARIANO, 3º Sargento PM RR, matrícula nº 919506-8, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado, durante o usufruto de férias de LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO, 3º Sargento PM RR, matrícula nº 919464-9, no período de 07/01/2024 a 05/02/2024. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

EZEQUIEL PIRES

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

PORTARIA GAB/PGE Nº 2/2024

05.01.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.860/2022, e de acordo com o que consta dos autos PGE 117/2024,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Procurador do Estado RICARDO DE ARAÚJO GAMA, matrícula nº 292.504-4-01, Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal, para responder cumulativamente pela função gratificada de PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DO CONTENCIOSO, nível FG-2, da PGE, em substituição a titular, FLAVIA DREHER DE ARAUJO, matrícula nº 319.670-4-01, durante o usufruto de férias, no período de 02/01/2024 a 16/01/2024. Art. 2º Esta

portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 3/2024

05.01.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.860/2022, e de acordo com o que consta dos autos PGE 118/2024,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MARIA CRISTINA MAY BERKENBROCK BITTENCOURT, matrícula nº 281.638-5-02, Secretária do Processo Administrativo, para responder cumulativamente pela função gratificada de SECRETÁRIO DE CÁLCULOS E PERÍCIAS, nível FG-2, da PGE, em substituição à titular, CAROLINA FERREIRA HAIDE PACHECO, matrícula nº 950.837-6-01, durante o usufruto de férias, no período de 8/1/2024 a 17/1/2024. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 4/2024

09.01.2024

A SUBCORREGEDORA DE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, no uso da competência delegada pelo Procurador-Geral do Estado por meio da Portaria GAB/PGE nº 86, de 05.05.2022, e considerando o disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar AMANDA KUMBARTZKI FERREIRA, ocupante do cargo de Advogada Autárquica, matrícula 980896501, para atuar no Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO), na Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e na Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, em caráter excepcional e transitório, pelo período de 09.01.2024 a 12.01.2024.

Parágrafo único. A designação de que trata o caput dá-se exclusivamente para o atendimento das demandas judiciais das três entidades.

Art. 2º Ficam mantidos os efeitos da Portaria GAB/PGE nº 130/2022, publicada no DOE de 14 de outubro de 2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09.01.2024.

ADRIANA GONCALVES CRAVINHOS

Subcorregedora de Autarquias e Fundações Públicas

PORTARIA GAB/PGE Nº 5/2024

16.01.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso ii do art. 4º do decreto nº 1.860/2022, e de acordo com o que consta dos autos pGE 209/2024,

RESOLVE:

art. 1º dESiGnar o servidor JosÉ riCardo HErTEr, matrícula nº 319.428.0-01, diretor de administração e Finanças, para responder cumulativamente pela função gratificada de dirETor dE apoio TÉCniCo, nível FG-1, da pGE, em substituição ao titular, aUro saTUrno MadUrEira, matrícula nº 257.234-6-01, durante o usufruto de férias, no período de 17/1/2024 a 26/1/2024.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 7/2024

22.01.2024

o PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da portaria nº 5/2023, publicada no doe de 11/01/2023, e conforme processo pGE 368/2024,

RESOLVE:

Art. 1º autorizar JandErson soUZa da silVa, ocupante do posto de motorista, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado, durante o usufruto de férias de Leandro Ney Bernardes, no período de 19/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação

EZEQUIEL PIRES

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

PORTARIA GAB/PGE Nº 8/2024

24.01.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência prevista no art. 6º do anexo Único do decreto nº 1.688, de 14 de agosto de 2018,

RESOLVE:

art. 1º Ficam designados para compor a Banca Examinadora das fases V, Vi e Vii do 10º Concurso público para ingresso na Carreira de procurador do Estado de santa Catarina:

i - Membros Titulares:

a) Queila de araujo duarte Vahl, procuradora do Estado;

b) nataniel Martins Manica, procurador do Estado; e

c) Vanessa azevedo Barcelos, advogada (oaB/sC n. 21.201/sC) representante da ordem dos advogados do Brasil, seção de Santa Catarina;

ii - Membros suplentes:

a) rogerio de luca, procurador do Estado;
b) Felipe Wildi Varela, procurador do Estado; e
c) Filipe Ximenes de Melo Malinverni, advogado (oaB/sC n. 26.426/ sC) representante da ordem dos advogados do Brasil, seção de Santa Catarina.

art. 2º Fica designada a servidora Karen regina inácio noronha, matrícula nº 950.332-3-01, para atuar como secretária da Banca Examinadora.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 16 de janeiro de 2024.

EZEQUIEL PIRES

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

PORTARIA GAB/PGE Nº 9/2024

25.01.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7º, incisos i e ii da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 6º da portaria GaB/pGE 045/20, de 22 de julho de 2020,

RESOLVE:

art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de avaliação e desempenho dos empossados em decorrência da aprovação no 9º Concurso público para ingresso na carreira de procurador do Estado, de que trata a portaria GaB/pGE 049/20, passando a ser composta pelos procuradores do Estado IEandro da silVa Zani ni, matrícula nº 292449-8-01, EIEnisE MaGnUs HEndlEr, matrícula nº 319684-4-01 e laisa paVan da CosTa, matrícula nº 289330-4-04, sob a presidência do primeiro.

parágrafo único. Ficam designados como suplentes os procuradores do Estado GioVanni aGUiar Zasso, matrícula nº 378623-4-01 e EliZaBETH HinniG IECEY, matrícula nº 950310-2-01.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PARECERES

MANIFESTAÇÃO

Referência: SCC 17271/2023.

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 115/2021.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Autógrafo. Projeto de Lei n. 115/2021, de iniciativa parlamentar, que “Regulamenta o prazo máximo de retorno à consulta médica nas unidades de saúde gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES)”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Ausência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo. 2. Constitucionalidade formal orgânica.

Proposta situada dentro da competência concorrente dos entes federados para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, inciso XII, da CRFB/1988). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização sobre a matéria. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

PARECER Nº 577/2023-PGE

Referência: SICOS 1989/2023

Assunto: Análise de possibilidade de pagamento direto, pelo PROCON/SC, dos salários de colaboradores de empresa terceirizada

Origem: Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Administrativo. Licitações e contratos. Inadimplência contratual. Atraso no pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias. Responsabilidade da empresa contratada. Pagamento de verbas salariais diretamente pela Administração.

Impossibilidade. Ausência de previsão legal e do contrato que autorize. Rescisão unilateral do contrato. Possibilidade prevista no contrato. Pagamento de verbas rescisórias por meio da garantia de execução do contrato (Cláusula Sexta) e, subsidiariamente, por retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Secretaria contratante.

PARECER Nº 578/2023-PGE

Referência: SCC 17876/2023

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 329/2022

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Evandro Régis Eckel

Autógrafo. Projeto de Lei n. 329/2022, de inicia-

tiva parlamentar, que “Altera o art. 218 da Lei no 14.675, de 2009, que ‘Institui o Código Estadual do Meio Ambiente’, para estabelecer critérios de dispensa de implantação de sistemas para coleta de água de chuva para usos diversos nos casos que especifica”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre proteção do meio ambiente (CRFB, art. 24, VI). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização de sistemas de captação de água. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER Nº 580/2023-PGE

Referência: SCC 18592/2023

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei Complementar n. 26/2023.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Alesc

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Autógrafo. Projeto de Lei Complementar n. 26/2023, de iniciativa do Poder Judiciário, que “Altera a Lei Complementar no 706, de 2017, que ‘Regulamenta a alínea ‘b’ do inciso II do § 2o do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva.

Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre organização administrativa do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (artigo 81, da CESC/1989). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização de organização administrativa do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (artigo 81, da CESC/1989). 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER Nº 581/2023-PGE

Referência: PCSC 56127/2022

Assunto: Anteprojeto de Lei

Origem: Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC)

Autor: Marcos Alberto Titão

Minuta de Anteprojeto de Lei. Instituição do Serviço Auxiliar Temporário no âmbito da Polícia Civil. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Constitucionalidade e Legalidade. Orientação anteriormente firmada no Parecer no 229/2016. Necessidade de adoção de novo entendimento, fulcro nos precedentes mais recentes do STF. Submissão ao Conselho Superior da PGE (CONSUP), a fim de assegurar uniformidade de orientação jurídica, consoante determina o art.

20, inc. VI, alínea “b”, da Lei Complementar estadual n. 317/2005, bem como o art. 10, inc. VI, alínea “b” do Decreto n. 1.485/2018 (Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado). Possibilidade de prosseguimento, observadas todas as condicionantes exaradas.